

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.143 - SE (2019/0287928-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : ELITANIA CLEMENTINO DOS SANTOS
ADVOGADO : ANA LUIZA DORTAS VALADARES - SE001024
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO
ADVOGADO : DANIELA FREITAS DE OLIVEIRA - SE010262

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ELITANIA CLEMENTINO DOS SANTOS, com base na alínea **a** e **c** do art. 105, III, da CF/88, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO DE VENCIMENTOS SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PROFESSORA DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DA CONVERSÃO DA URV EM REAL - LIMITAÇÃO TEMPORAL DECORRENTE DO ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N" 162/2002 QUE REESTRUTUROU A CARREIRAE VENCIMENTOS NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE POÇO REDONDO - REPERCUSSÃO GERAL - RE 561836 - DECURSO DE MAIS DE 05 (CINCO) ANOS ENTRE A LEI QUE IMPLEMENTOU NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO E O AJUIZAMENTO DA AÇÃO - PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO CONSUMADA - PRECEDENTES - SENTENÇA MANTIDA - IMPROVIMENTO DO RECURSO - DECISÃO UNÂNIME" (fl. 311e)

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO DE VENCIMENTOS SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PROFESSORA DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DA CONVERSÃO DA URV EM REAL - LIMITAÇÃO TEMPORAL DECORRENTE DO ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N" 162/2002 QUE REESTRUTUROU A CARREIRA E VENCIMENTOS NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE

POÇO REDONDO - REPERCUSSÃO GERAL - RE 561836 - DECURSO DE MAIS DE 05 (CINCO) ANOS ENTRE A LEI QUE IMPLEMENTOU NOVO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO E O AJUIZAMENTO DA AÇÃO - PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO CONSUMADA - INOBSERVÂNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1022 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO IMPOSSIBILIDADE RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO" (fls. 426/427e).

Em seu Recurso Especial, a recorrente alega ofensa aos arts. 373, II e 458, § 1º, IV, do NCPC/2015 e Lei 8.880/94, sustentando o seguinte:

"14. Em que pese o inenarrável saber jurídico dos Nobres Julgadores, não julgaram com o costumeiro acerto devendo o v. Acórdão ser reformado como será oportunamente demonstrado.

15. Eméritos Ministros! É notório, é cristalino o direito da parte recorrente. Tanto é verdadeiro o direito buscado, que o Recorrido em sua Contestação, limitou-se a apontar suposta prescrição do direito, sustentando ao final que a reestruturação posterior foi suficiente para repor a perda salarial ora buscada, alegou, no entanto, não acostou nem na contestação e nem nas contrarrazões qualquer documento que comprovasse o quanto alegado.

16. No Acórdão recorrido, os Desembargadores julgadores, entenderam pela "INEXISTÊNCIA DE DIREITO À PERCEPÇÃO AD AETERNUM DE PARCELA DE REMUNERAÇÃO" acolhendo a hipótese de que a Lei Municipal nº 162/2002 recompôs os prejuízos sofridos pelos servidores municipais. No entanto, resta pacificado pelos tribunais pátrios, inclusive, no tribunal de origem e nessa Corte, que não é qualquer lei posterior que serve como termo ad quem para o reconhecimento da prescrição, ou seja, a lei tem que dizer/falar (trazer expresso) de que incorporou/recompôs esses prejuízos, e a lei criada pelo município nada fala e o réu/recorrido não se desincumbindo do ônus probatório, quando teve a chance de provar (...).

18. Quanto a observação de que a servidora pública municipal não trouxe aos autos contracheques ao tempo da conversão", não deveria sequer constar no Acórdão atacado. Ressalte-se que, imputar a parte Requerente a obrigação de apresentar tais documentos, indiscutivelmente, equivale a prescrever a produção de uma prova negativa, ou prova diabólica (Probatio Diabolica).

19. Nesse passo, o juiz a quo afastou-se da lei (Art. 373, §1º, CPC), julgou improcedente a ação, não inverteu o ônus da prova, fundamentando a sentença na PRESUNÇÃO de que a lei superveniente recompôs corretamente a parcela referente a parcela de URV. Visto ser impossível para a autora que entrou em momento posterior a lei, trazer aos autos qualquer prova além das já apresentadas.

20. É certo que cabia a autora provar a existência de seu direito, enquanto ao réu cabia provar a inexistência deste ou demonstrar fatos que o modifiquem, de modo que, a grosso modo, a prova cabe a quem alega. E o réu alegou fatos modificativos do direito buscado pelo autor, aludiu que a Lei Municipal 214/2008 incorporou/recompôs os prejuízos advindo da errônea correção da URV, no entanto, não acostou nos autos nenhum documento do ano de 1993/1994, (visto que é guardião de todos os documentos estando em melhores condições de provar), que comprovasse a conversão da URV na forma da lei federal 8.880/1994.

23. Isso posto, se não existe nos autos provas suficientes do direito buscado e o recorrido também não desconstituiu (não provou a incorporação/recomposição pretendida) e a Lei Municipal 214/2008 não traz dispositivo expresso de que fez a incorporação/recomposição quando reestruturou a carreira do servidor, o relator a quo julgou por PRESUNÇÃO visto que, o direito invocado pela Recorrente está ancorado na Lei 8.880/94, ou seja, o direito da Requerente esta constituído por não haver fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu, não há que se falar em PRESCRIÇÃO.

DAS RAZÕES PARA REFORMA

24. O v. Acórdão deve ser reformado como medida da mais lúdima justiça. Isso porque, o não acolhimento da inversão do ônus da prova findou com a improcedência dos pedidos autoral reformando a sentença de procedência do MM. Juiz a quo. Tal decisão ofende o art. 489, § 1º, IV, do NCPC/2015 (...).

(...)

25. A decisão de negar provimento do apelo da ré ora recorrida pelo Tribunal a quo acabou por infringir os artigos art. 373, II do NCPC/2015, pois não se pautou nos argumentos e razões apresentados pela ora recorrente, deixando de fundamentar o v. Acórdão em dispositivos da lei federal acolhendo PRESUMIDAMENTE ditames de lei municipal superveniente, os quais poderia, de fato, refutar a sentença de procedência do juiz a quo, mantendo-a.

(...)

30. No presente caso, o v. Acórdão simplesmente NEGOU-SE a apreciar os fundamentos trazidos pela recorrente em suas razões recursais, reformando a sentença de primeiro grau, que deu a adequada e necessária fundamentação ao apreciar com zelo o mérito da ação em claro respeito a dispositivo da Lei Federal, julgando procedente a ação, o que deve ser reconhecido por este tribunal.

DA DIVERGENCIA JURISPRUDENCIAL

31. No caso em tela, o v. Acórdão decidiu por PRESUNÇÃO de que a Lei 214/2008, que fixou uma nova reestruturação remuneratória da carreira dos seus servidores, REESTRUTUROU a remuneração repondo a perda salarial ora buscada, contrariando o entendimento firmado no RE 561.836/RN, divergindo totalmente da repercussão geral do STF, conforme será demonstrado abaixo.

32. O v. Acórdão contrariou jurisprudência do STF com repercussão geral reconhecida no RE 561.836 -RN, entendeu o MM. Relator a quo que nos casos onde tenha sido implantada qualquer reestruturação da remuneração determinada por lei própria, aquela seria suficiente para repor as perdas salariais ora perseguidas, ou seja, toda e qualquer reestruturação da carreira teria o condão de repor as perdas da URV, o que não é verdade.

33. Isso se diz porque, conforme farta jurisprudência colacionada nos autos da peça inaugural e assim também, na peça apelatória, não é qualquer lei estruturante que tem o condão de repor as perdas decorrentes da errônea correção da URV. Isso porque, a é próprio da lei estruturante, trazer clareza de como se deu a incorporação/recomposição das perdas oriundas da conversão da URV e inclusive, essa incorporação deve ser especificada nos contracheques dos seus servidores.

(...)

34. Nesse diapasão, se a própria turma, assim como o Superior Tribunal de Justiça-STJ entende que os reajustes advindos por legislação superveniente a Lei Federal 8.880/94 não tem o condão de corrigir equívocos procedidos na conversão dos vencimentos dos servidores em URV, a edição da Lei Municipal 214/2008 não pode servir de termo ad quem para a contagem da prescrição, o que reforça o pedido de reforma da r. sentença.

(...)

45. Com efeito Eméritos Ministros, uma coisa é a lei prever uma "fictícia reestruturação da carreira", outra, bem diferente, é esta reestruturação suprir, por completo, eventual defasagem na

remuneração do Recorrente, questão que, não ficou provada nos autos pelo Recorrido, devendo ser apurada em liquidação de sentença.

46. Conforme a inicial, pretende a parte recorrente a recomposição salarial no percentual de 11,98%, bem como as diferenças apuradas desde os cinco anos anteriores à propositura da ação, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora, devendo a condenação incidir sobre todas as verbas percebidas, inclusive 13º salário, férias, gratificações e demais vantagens que compõem a remuneração ou proventos, respeitada a prescrição quinquenal contada do ingresso da presente demanda.

47. Isso porque, resta pacífico na jurisprudência que as legislações posteriores à Lei Ordinária 8.880/94 não afastam o direito dos servidores em buscarem as diferenças remuneratórias pleiteadas, vez que essas possuem natureza diversa do padrão remuneratório criado naquela. No caso em exame, foi oportunizado várias chances de defesa ao Recorrido que apenas alegou sem anexar prova nenhuma de que os seus servidores tiveram as distorções salariais corrigidas pela referida lei de reestruturação.

48. Nesse passo, como não foi protocolada provas das alegações do recorrido o eminente RELATOR decidiu por PRESUNÇÃO, não acompanhou decism do juiz a quo julgou que a Lei Municipal 214/2008, tenha recomposto/incorporado o índice relativo a URV. No entanto, a lei superveniente não traz expressamente dispositivo acerca dessa recomposição/incorporação.

49. Assim, não dar provimento ao recurso apelatório, ainda que, com fundamentação diversa lamentavelmente afastou-se da lei federal, afrontada em face da lei estadual superveniente que não incorporou quaisquer verbas a título de URV.

50. No contexto dos autos, não há dúvida de que o r. Sentença deve ser totalmente mantida, devendo, outro sim, ser afastado o v. Acórdão que conheceu e proveu o apelo do réu com fundamento na PRESCRIÇÃO advinda da edição de lei municipal superveniente que nada traz em seus dispositivos que tenha obedecido ditames da Lei Federal. Isso porque, resta pacificado na jurisprudência pátria e nos tribunais pátrios que não é qualquer lei superveniente que tem o condão de incorporar as famigeradas URVs, mas, apenas aquelas leis estruturantes que traz previsão expressa dessa incorporação.

(...)

DOS REQUERIMENTOS

54. Diante de todo exposto, requer-se a reforma do Acórdão e o reconhecimento do direito da servidora em buscar o amparo do

judiciário para recompor os percentuais de 11,98% ao seu salário a título de correção da URV e assim como, os valores retroativos respeitado o quinquênio legal.

55. Como se vê nos dispositivos da Lei Federal, resta cabalmente demonstrada a violação de seus dispositivos e da divergência jurisprudencial acerca da interpretação dos dispositivos legais violados" (fls. 348/357e).

Com contrarrazões (fls. 362/373e), o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 380/387e).

Originalmente, trata-se de ação de revisão de cálculos e cobrança, em que a ora recorrente buscava a recomposição de seu vencimento, com a incorporação decorrente do percentual de perda decorrente da conversão dos valores monetários em URV.

O Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos quanto ao ponto:

"Tratam os autos de Ação de Revisão de Vencimentos na qual a autora, servidora pública municipal, requer a revisão dos vencimentos/proventos com a respectiva incorporação, em folha de pagamento, do percentual de perda remuneratória decorrente da conversão dos valores monetários do índice da "URV" quando da implantação do Plano Real, realizada no ano de 1994.

(...)

Pertinente ressaltar, de plano, que é cediço o entendimento no sentido de que é devido o pagamento das perdas salariais oriundas da conversão da URV, entretanto, a cobrança encontra limite temporal na edição das leis que reestruturaram a carreira dos servidores públicos e instituíram novo sistema remuneratório.

Com efeito, a reestruturação da carreira acarreta a implementação de um novo regime jurídico remuneratório, de modo que não há que falar em permanência do direito de percebimento de diferenças decorridas do regime anterior.

No presente caso, trata-se a autora de professora aposentada, incidindo a Lei Complementar Municipal 162/2002 que modificou os padrões remuneratórios e instituiu o plano de carreira e remuneração do Magistério Público municipal e, portanto, alterou o sistema remuneratório e reestruturou a carreira e vencimentos no âmbito do Magistério Público do município de Poço Redondo. Vide fls. 71 e seguintes.

Nesse toar, destaco que o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento no sentido de que as parcelas relativas às diferenças decorrentes da conversão dos vencimentos em URV têm seu termo

final na data em que editada lei que reestruture a remuneração dos servidores, porquanto criado regime de remuneração sem qualquer relação com o anterior, findando então a repercussão nos vencimentos do errôneo cálculo.

(...)

Com efeito, consoante o precedente da Corte Suprema a incorporação dos 11,98% deveria ocorrer até o momento da reestruturação da carreira, um vez que não há direito à percepção ad eternum de parcela de remuneração pelo servidor público.

Assim, no presente caso, eventuais parcelas devidas em decorrência da conversão estariam adstritas até o advento Lei Complementar Municipal nº 162/2002, parcelas que se encontram fulminadas pela prescrição quinquenal, considerando que a presente demanda fora ajuizada em 22.01.2018.

O Superior Tribunal de Justiça já reconheceu a limitação temporal em situações análogas a dos autos.

(...)

Forte em tais lineamentos, voto pelo improvimento do apelo" (fls. 313/315e).

Com efeito, em relação à tese de violação aos arts. 373, § 1º e 489, § 1º, IV, do CPC/2015, observa-se que não foi debatida pelo Tribunal **a quo**. Portanto, inviável a apreciação, nesta Corte, ante a falta de prequestionamento, pelo Tribunal de origem, o que atrai incidência da Súmula 282 do STF "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Cumprе ressaltar que, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".

Infere-se, assim, da lei de regência, que, para a adoção do denominado prequestionamento ficto – segundo o qual a oposição dos Embargos de Declaração seria suficiente ao suprimento do requisito do prequestionamento – faz-se necessário, além da invocação da questão, por ocasião dos Embargos de Declaração, opostos contra o acórdão do Tribunal de origem, que a Corte superior considere a existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade no referido **decisum**, em razão da alegação de contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, nas razões do Recurso Especial.

Sobre o tema, confira-se o seguinte precedente do STJ:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.

INVENTÁRIO - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

01. Inviável o recurso especial na parte em que a insurgência recursal não estiver calcada em violação a dispositivo de lei, ou em dissídio jurisprudencial.

02. Avaliar o alcance da quitação dada pelos recorridos e o que se apurou a título de patrimônio líquido da empresa, são matérias insuscetíveis de apreciação na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração.

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.

05. O pedido de abertura de inventário interrompe o curso do prazo prescricional para todas as pendengas entre meeiro, herdeiros e/ou legatários que exijam a definição de titularidade sobre parte do patrimônio inventariado.

06. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

Ainda que assim não fosse, é de se ter que, para a resolução da controvérsia, além da interpretação da legislação local, o que impede a sua revisão por esta Corte, ante o óbice descrito na Súmula 280 do STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário", para acolher os argumentos da parte recorrente, seria imprescindível reexaminar os fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial") do STJ.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REAJUSTE VENCIMENTAL.

CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTES DO STJ. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de ação em que os recorrentes, todos servidores públicos, ingressaram em juízo objetivando o recálculo dos seus vencimentos e proventos, convertendo-os para a URV a partir do mês de março de 1994, conforme estabelecido no artigo 22 da Lei 8.880/94.

2. "A jurisprudência desta Corte é pacífica ao reconhecer que, nas hipóteses de pedido de diferenças salariais originadas da conversão de cruzeiros reais para URV, não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, aplicando-se a Súmula 85 do STJ." (STJ, REsp 1.480.376/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/10/2014). Neste ponto, observa-se falta de interesse recursal dos recorrentes, já que ausente a sucumbência suscitada.

3. Quanto ao mais, o Tribunal de origem consignou: a) "passados 20 anos da data da alegada não conversão, seria necessário que os autores comprovassem o efetivo prejuízo financeiro dela decorrente"; e b) "as parcelas relativas às diferenças decorrentes da conversão dos vencimentos em URV têm seu termo final na data em que editada lei que reestruturou a remuneração dos servidores", bem como que "a Lei Complementar Estadual nº 836, de 30 de dezembro de 1997, instituiu novo plano de carreira, vencimentos e salários para os integrantes do quadro do magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, classe a que pertencem parte dos autores, representando o marco temporal final para incidência dos reflexos da conversão pretendida".

4. No presente caso, concluiu a Corte de origem que os recorrentes não demonstraram prejuízos financeiros. Rever o entendimento da Corte de origem implica abrir reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ.

5. Com efeito, está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação

temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

6. A controvérsia em exame remete à análise de Direito local (Lei Complementar Estadual 836/1997), revelando-se incabível a via recursal especial para rediscussão da matéria, ante a incidência da Súmula 280 do STF.

7. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

8. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.653.048/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/04/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. URV. DIFERENÇAS SALARIAIS. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. O TRIBUNAL DE ORIGEM CONCLUIU QUE A LEI DELEGADA MINEIRA 43/2000 PROMOVEU A REESTRUTURAÇÃO NA CARREIRA DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO, ABSORVENDO AS PERDAS DECORRENTES DA CONVERSÃO DA REMUNERAÇÃO EM URV. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. No caso dos autos, a Corte de origem concluiu que, embora tenha havido perda remuneratória, a entrada em vigor da Lei Delegada 43/2000, promoveu a reestruturação do sistema remuneratório do pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, absorvendo todos os prejuízos causados pela conversão da moeda. Dessa forma, é cabível a limitação temporal do pagamento, conforme entendimento firme da jurisprudência deste Tribunal.

2. Cabe asseverar que a revisão do entendimento esposado pelo Tribunal de origem acerca da limitação temporal do direito à recomposição das perdas remuneratórias à vigência da Lei Delegada Mineira 43/2000, demandaria não só imprescindível revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, mas também da legislação local, sendo inviável tal discussão, na via eleita, ante o óbice contido nas Súmulas 7 do STJ e 280 do STF, esta última aplicável por analogia.

3. Agravo Regimental desprovido" (STJ, AgRg no REsp 1.245.652/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 31/08/2016).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS EM URV. LIMITAÇÃO

TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEIS MUNICIPAIS 7.012/95 E 7.235/96. INTERPRETAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 280/STF. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA.

1. É possível, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a limitação das diferenças salariais decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV à data em que houve a reestruturação de carreira da servidora. Precedente.

2. **O acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem quanto à limitação temporal do reajuste vindicado - feita com base na interpretação das Leis municipais nº 7.012/95 e nº 7.235/96, é vedado a este Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aplicação do disposto na Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".** Precedentes.

3. Tendo a ação sido proposta há mais de cinco anos da data em que houve a reestruturação de carreira do servidor embargado, a prescrição atingiu todo o direito reclamado.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos" (STJ, EDcl nos EDcl no REsp 1280271/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora